

2 Aos sete dias do mês de Outubro, as quatorze horas, realizou-se reunião ordinária do Conselho
3 Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de forma remota, através do aplicativo Google
4 Meet, com os seguintes presentes: Kelly Botega Fortunato, Guilherme Cechelero, Lilian Folchini,
5 Rosani Mendes Izidorio, Silvana Zardo Francisco, Sulani Zanini P. Stupp, Nazarete S. Oliveira,
6 Meri Tanchella Bressan, Cintia Nowasco, Charla Flor, Sandra Regina Nazario, Jane Novaes
7 Pereira, Conselheira Tutelar Jamile da Motta Heleno Antônio, Gisele Pickler (Coordenadora Creas),
8 justificaram ausência as conselheiras Isabel Cargnim V. Cardoso e Thaise Ribeiro Paes por motivos
9 de participação em capacitação. A Presidente abriu a reunião cumprimentando a todos presentes. Na
10 sequência passa palavra a Conselheira Lilian Folchini para leitura da Pauta: Correspondências
11 Recebidas, Correspondências Expedidas, Prestação de Contas, Assuntos Gerais: 1) Reunião
12 Conselho Tutelar e Saúde, 2) Prestação Contas do FIA, 3) Proposta de Capacitação sobre SIPIA
13 CT, 4) Aprovação da capacitação sobre Escuta Especializada, 5) Trabalhos da Comissão de Análise
14 de Inscrição e da Comissão de Campanha do FIA, 6) Trabalhos do Comitê Escuta Especializada, 7)
15 Resolução nº 24, 8) Sede Conselho Tutelar. Solicitam inclusão na pauta Silvana e Jamile. Após a
16 leitura da Pauta a Presidente Sra. Kelly Botega retoma a palavra e coloca que dentre as
17 correspondências recebidas teria destaque na reunião : Ofício nº 569/CT – referente as propostas
18 acerca da capacitação SIPIA CT, Após leitura na íntegra das propostas da capacitação colocado
19 votação a proposta da Sra. Graziela no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pelo custeio através do
20 FIA foi aprovada, orientando solicitar as certidões negativas e mudanças de datas. Na continuidade
21 a Presidente coloca sobre o pedido de apostilamento da entidade Joana D'Angelis, esclarecendo que
22 foi solicitado parecer jurídico da procuradoria para posterior encaminhamentos. Solicitou-se a
23 conselheira Sandra Nazário para se manifestar onde a mesma fez os devidos esclarecimentos acerca
24 do Pedido de Apostilamento. Dando continuidade, a Presidente coloca sobre o ofício nº
25 0440/2020/03PT/MP que solicitou informações referente ao Plano Decenal ,questionando previsão
26 de recursos do Ministério da Cidadania para implantação do CRAS IV e quais medidas estão sendo
27 tomadas para assegurar o cumprimento do objetivo 5.2 meta 2, do eixo 2. Após, foi realizada a
28 leitura da resposta enviada ao Ministério Público, onde se coloca que não há previsão de repasses
29 dos valores oriundos do Ministério da Cidadania para implantação do CRAS IV e quanto ao
30 objetivo 5.2 meta 2 eixo 2. No decorrer alguns conselheiros, Conselho Tutelar representado pela
31 Conselheira Jamile , Sra. Gisele, Coordenadora do CREAS , manifestaram suas opiniões acerca da
32 implantação do CAPS I relatando as dificuldades no acesso ao serviço, a Conselheira Sra. Charla
33 Flor (Representante Saúde), justifica aos conselheiros sobre a não previsão da implantação do
34 CAPS I. Após o assessor Guilherme Cechelero faz uma reflexão acerca do assunto e coloca a
35 importância de levantamento e utilização de números para justificar este atendimento continuando,
36 relata a importância de se reavaliar o Plano Decenal. A conselheira Lilian Folchini faz um breve
37 relato ao Plano Decenal. A Conselheira Sra. Silvana Zardo faz algumas considerações , reiterando a
38 importância da utilização de dados quantitativos na justificativa da necessidade de acesso a este
39 atendimento. Na continuidade a Presidente Sra. Kelly Botega coloca alguns esclarecimentos
40 referentes as respostas enviadas referente ao objetivo 5.2 meta 2 eixo 2. Após manifestações o
41 Conselho delibera que a comissão do Plano Decenal realize uma revisão, haja vista que o mesmo
42 foi elaborado em 2016. Encerrado este assunto, a Presidente repassa informações referentes a
43 Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente; fazendo leitura da Programação e
44 relação dos Delegados eleitos na Conferência Municipal. Seguindo a pauta a Presidente coloca as
45 Prestações de Contas apresentadas e que estão disponíveis no Setor de Conselhos da Fundação. Na

46 continuidade coloca sobre a reunião Conselho Tutelar e Saúde; conforme deliberado no último
47 encontro. A Presidente questiona a representante do Conselho Tutelar se após esta reunião ocorreu a
48 mudança solicitada, ou seja, encaminhamento das fichas de notificação. Na sequência o Conselho
49 Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente delibera em agendar reunião com alguns membros
50 do CMDCA/Conselho Tutelar e Fundação Saúde. Continuando a Presidente solicita a conselheira
51 Lilian Folchini que informe aos conselheiros a respeito dos trabalhos do Comitê de Escuta
52 Especializada. A conselheira Lilian Folchini coloca sobre as faltas dos representantes do segmento
53 da saúde nas reuniões, solicitando o seu comparecimento; haja vista que sem estas representações
54 (saúde) não tem como avançar na implantação da Escuta Especializada. Sra. Lilian informa sobre a
55 participação do assessor Guilherme Cecheleiro e que posterior a capacitação o comitê dará
56 continuidade na criação do protocolo. Na sequência a Presidente coloca sobre a emissão da
57 Resolução Ad. referendado que dispõe do pagamento através do FIA da Capacitação sobre a
58 (Escuta Especializada, justificando a necessidade deste ato devido ao prazo para realizar as
59 inscrições trazendo ao plenário para aprovação. A conselheira Silvana Zardo faz algumas
60 ponderações sobre de quem deve ser a iniciativa sobre as despesas com a capacitação para não
61 sobrecarregar o CMDCA com encargo que poderia ser de iniciativa do Poder Público Municipal. A
62 Presidente esclarece que estas despesas estão contempladas no Plano de Ação e Aplicação, o
63 assessor Guilherme Cecheleiro pontua que ambas as linhas de pensamento estão corretas, é
64 responsabilidade do poder público ter recursos exclusivos para a Política da Criança e do
65 Adolescente, assim como, também ser usado recurso do FIA para formação. Após as
66 manifestações a Presidente coloca em votação e os conselheiros aprova a Resolução que acerca da
67 capacitação da escuta especializada através do Fundo da Infância e Adolescência. Seguindo a pauta,
68 a Presidente fala sobre a necessidade de algumas alterações na Resolução nº 24, justificando que
69 estas alterações tornam-se necessárias para facilitar a compreensão das entidades passa a renovação
70 dos registros Finalizando o assunto o conselho delibera o envio da Resolução 24 e suas alterações
71 aos conselheiros para ciência e manifestação. Após foi comunicado sobre nova sede do Conselho
72 Tutelar, cujas tratativas já finalizaram e o Conselho aguarda a instalação de telefone e internet para
73 a mudança. Na sequência foi solicitado o repasse de informações para plenária acerca dos trabalhos
74 da comissão de análise e inscrição e das comissões do FIA. A conselheira Sandra repassa que na
75 última reunião a comissão criou roteiro com cinco perguntas, com objetivo de gerar dados para
76 assessorar na divulgação para pleitear recursos financeiros ao FIA. A conselheira Nazaré S.
77 Oliveira, Cintia Nowasco e demais conselheiros elogiam os trabalhos da Comissão do FIA.
78 Encerrando a pauta, a Comissão de Análise de Inscrições refere que análise do GRAAC, a qual
79 solicita documentos nos quais não foram devidamente apresentados conforme resolução,
80 deliberando solicitação para entidade fazer apresentação dos seus trabalhos na próxima reunião.
81 Quanto a Renapsi foi solicitado documentos. A entidade CIEE foi também analisada, porém falta
82 documentação. A Renapsi documentação está em análise e a comissão delibera para que
83 apresente os trabalhos da entidade na próxima reunião. Sobre o Serviço de Famílias Acolhedoras foi
84 pedido documentação. A conselheira Lilian fez a leitura do documento do CIEE a qual solicita ao
85 Conselho uma declaração de regularidade, sendo aprovada por todos os presentes e deliberando o
86 encaminhamento. O CASEF, SAI Bem Viver, CRAS Passagem e Oficinas foi dado Parecer de
87 deferimento pela comissão e aprovada pela plenária. No termo de Chancela encaminhado pela
88 APAE a entidade foi chamada e orientada para reenvio das documentações de forma correta
89 conforme Resolução nº 24. A Conselheira Silvana Zardo repassou convite "Dia de doar" colocando
90 sua importância. A conselheira Jamile coloca sobre dificuldade acerca das crianças que precisam
91 realizar atividades on line e quando isto não ocorre é enviado ao Programa de Evasão Escolar para

92 fazer a busca ativa destas crianças, porém os membros do Programa Evasão fazem parte do grupo
93 de risco, sendo que desta forma esta demanda esta sendo encaminhada ao Conselho Tutelar. Nada
94 mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

1

a

c

1

le

r

1